

**RESISTÊNCIA CIVIL E JOGOS DE GÊNERO. FRANÇA-ALEMANHA-BOLÍVIA-
ARGENTINA. (SEGUNDA GUERRA MUNDIAL - ANOS 1970-1980)**

Luc Capdevila¹

Sofia Rocco Stainsack Rocha (Tradução)²

Joana Maria Pedro (Revisão da tradução)³

RESUMO

A partir de um estudo comparativo de quatro movimentos de resistência civil envolvendo mulheres, na Europa Ocidental, durante a Segunda Guerra Mundial e no Cone Sul durante as terroristas ditaduras militares das décadas de 1970 e 1980, o autor mostra como essas formas de disputa participam dos jogos de gênero. Aponta como foi fundamental o contexto histórico para a compreensão do desenvolvimento desses movimentos de protesto e observa que os indivíduos e organizações, que os impulsionaram e eventualmente os estruturaram, mobilizaram e representaram mitológicas sobre as mulheres, permitindo-lhes intervir e atuar no público espaço, porque estavam em sintonia com os valores defendidos pelas ditaduras. Dependendo das condições culturais, a participação nesses movimentos de protesto influenciou no questionamento das identidades de gênero pelas participantes.

PALAVRAS-CHAVE: jogos de gênero; América Latina, ditaduras, mulheres, Segunda Guerra Mundial.

No dia seguinte ao Golpe de Estado, dirigido pela junta chilena contra o governo da União Popular, um representante da direita brasileira declarou a um jornalista do *Washington Post* (1974, *apud* MATTELART, 1978, p. 219-253): “Quando nós vimos marchar as mulheres chilenas, nós soubemos que os dias de Allende estavam contados.” Ele disse precisamente “as mulheres constituem a arma mais eficaz na política (...) elas têm tempo; elas são dotadas de uma grande capacidade emocional e elas se mobilizam muito rapidamente (...) a utilidade das mulheres consiste em persuadir os militares que eles contam com um apoio muito importante da população”. As manifestações de donas de casa, lançadas pelas direitas chilenas de 1971 a 1973, com a mobilização dos comitês de bairro e centros de mães, criados pela democracia cristã, contribuíram fortemente para o desgaste do governo de Salvador Allende. O barulho das panelas vazias, batidas por tampas ou colheres de madeira, ensurdecia regularmente as noites chilenas, entre oito e dez da noite, após a manifestação de 1º de

¹ Professor doutor da Université Rennes II, pesquisador do CERHIO – Centre de Recherches Historiques de L’Ouest – Université Rennes II, especialista em história da guerra, do gênero na França e na América Latina.

² Graduanda em Relações Internacionais da UFSC, foi pesquisadora voluntária em Iniciação Científica em História, em Direito Internacional, estagiária de comunicação no International Policy Center for Inclusive Growth (IPC-IG) em Brasília.

³ Professora doutora da UFSC, ligada ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da UFSC, pesquisadora do LEGH e do IEG, pesquisadora do CNPq.

dezembro de 1971 e se estendia sobre os bairros residenciais de Santiago; era uma demonstração poderosa da mobilização das classes médias e das elites conservadoras contra o regime, que encenou o mito do povo rejeitando as reformas iniciadas pela União Popular. “Nos suplicam por três anos”. Augusto Pinochet justificou nesses termos o golpe de Estado chileno, “o grande mudo”⁴ do Chile; ressoava assim o imaginário masculino dos negócios públicos, sobre a “utilidade” simbólica das mulheres na política: “persuadir os militares de que eles gozavam de um apoio muito forte da população”.

Se as direitas do Cone Sul percebiam nas mulheres “uma arma” capaz de desestabilizar governos democráticos progressistas nos anos 1960-1970, as ditaduras militares, que apoiavam também foram confrontadas por movimentos de mulheres. É certo que estes foram menos amplos, menos sonoros, porque agora uma mesa de chumbo cobria o espaço público e o barulho das botas abafava qualquer manifestação; mas estes movimentos de mulheres os colocaram em dificuldades. Como destaca Ann Mearns (1997), as mulheres estavam pouco presentes na esfera política sob os regimes democráticos, e por contraste, os sistemas fechados como as ditaduras militares produziram um alto nível de mobilização de mulheres na esfera política não institucional. Esta constatação, sobre a formação das sociedades civis sob os regimes militares terroristas do Cone Sul nos anos 1960/1980, pode ser estendida a outros lugares do mundo ocidental, onde se desenvolveram formas de resistência civil, em particular, à Europa dominada pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial. Gênero é uma construção cultural que, ao estabelecer a diferença entre os sexos, codifica e distribui o poder, designando aos “homens” e às “mulheres” atribuições específicas. Até recentemente, no imaginário social ocidental, a esfera masculina era associada ao espaço público, enquanto, se associava o feminino à esfera doméstica. Acreditava-se que as mulheres teriam autoridade em questões de cuidado, filhos e administração do lar. No entanto, as situações de crise política têm levado a “confundir o gênero”: pela alteração das atribuições dos sexos, durante as guerras totais, pela redefinição dos limites entre as esferas pública e privada, sob as ditaduras.

Como entender essa dinâmica, que levaria ao aumento da presença de mulheres na esfera pública em situações de alto risco para os indivíduos e de negação das liberdades públicas?

⁴ NT: As forças armadas costumam ser chamadas de “O grande mudo”, porque, em princípio, não devem dar opinião sobre a política adotada por governos.

Um primeiro elemento de explicação consistiria na destruição dos órgãos intermediários pelas ditaduras, que impõem seus próprios interlocutores. Elas eliminam assim as hierarquias institucionais baseadas no sexo, idade, títulos e, com o tempo, favorecem o surgimento de novas elites instáveis e novos mediadores sociais selecionados a partir de outras variáveis: presença em campo, espírito de iniciativa, *know-how* específico etc.

Sobretudo, as ditaduras, assim como as guerras totais, engendram ataques que se estendem às esferas pública e privada. Eles são multifacetados. Dizem respeito à economia, ao colocarem os problemas de abastecimento alimentar, ao aumentar a discriminação na contratação ou na obtenção de assistência social. Além disso, eles ameaçam diretamente a unidade familiar: a guerra separa os homens das mulheres, os pais dos filhos; os grupos, habituados por uma cultura de inimigos, colocam os civis, de ambos os sexos, na mira; consideram que todos os lugares podem abrigar um adversário contrário à sua representação da nação: do ventre ao túmulo, no berço agitado pelas lágrimas do recém-nascido, na cadeira de balanço que embala o velho na hora do cochilo. As mulheres, pouco presentes individualmente no espaço político, encontram-se, nas fronteiras do público e do privado, em contato direto com o agressor. Como mostrou H. R. Kedward (1999) para a sociedade francesa sob a ocupação, nas terras maquis⁵, as mulheres foram o primeiro interlocutor da milícia e dos ocupantes. Abrindo a porta do domicílio, elas fecharam uma cortina entre os alemães e seus colaboradores e quem estava escondido em suas casas, ou o guerrilheiro a quem elas abasteciam em campo aberto. Elas inventaram assim “a resistência da soleira da porta” (KEDWARD, 1999; DOUZOU, 1995).

As respostas das populações agredidas variaram conforme os contextos, elas puderam se estender desde a proteção da esfera privada à defesa da esfera pública. Como apontou Lucie Aubrac (*apud* CREMIEUX-BRILHAC, 1975 p. 238-239)⁶, para a rádio da França livre, desde Londres: “A guerra é também assunto das mulheres (...) Batalha para os nossos, certo, mas também batalha de solidariedade de todos aqueles que foram duramente tocados pela ocupação nazista”. E é muito importante a diferença de escala entre os reflexos de proteção doméstica e um movimento de defesa coletiva, pois corresponde a uma mutação política maior: a metamorfose de uma ação peticionária arcaica em um movimento de protesto moderno (TILLY, 1986). Na dimensão do indivíduo, a transformação também é fundamental: ela corresponde a uma mutação identitária.

⁵ N.T. Maquis – maqui é um tipo de vegetação abundante na região da Córsega.

⁶ Trata-se de texto pronunciado em 20 de abril de 1944 à BBC.

Assim, a ação e a presença de mulheres nos movimentos de resistência civil participaram dos jogos de gênero. Os regimes reacionários do século XX ocidental, ao se apegarem a representações do “eterno masculino” e do “eterno feminino”, reforçaram a ideologia familista e criaram uma relação de forças que veio a interferir na ordem ditatorial. Os jogos de gênero são, antes de mais nada, jogados como um divertimento, como uma brincadeira de esconde-esconde, o gênero aparece aqui como máscara. Os jogos de gênero são, também, o jogo como um equipamento; assim como os jogos de xadrez, são como um conjunto de peças à disposição dos atores políticos, para intervir no espaço público. Os jogos de gênero são também a diferença, entre encenações, o que realmente é, e o que é percebido pelo adversário. Os jogos de gênero, enfim, é a ideia de um mecanismo, de uma impulsão, de um equilíbrio instável, onde o senso ou as dinâmicas iniciadas pelas crises podem induzir uma redefinição das relações homem/mulher em um quadro limitado, conduzindo, na margem, a um ajuste do masculino e feminino... por vezes a uma simples oscilação. Para verificar essas hipóteses, propomos um estudo comparativo de quatro movimentos de resistência civil envolvendo mulheres, no século XX, na Europa Ocidental e no “extremo oeste” latino-americano: na França e na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, na Argentina e na Bolívia em anos 1970/1980.

QUATRO MOVIMENTOS DE MULHERES NA RESISTÊNCIA CIVIL

Ao curso desses quatro episódios, as mulheres enfrentaram política e coletivamente a ordem ditatorial; em alguns destes enfrentamentos, conseguiram fazer o poder recuar, em outros precisaram continuar a ocupar o espaço público. Esses eventos ocorreram nos regimes autoritários mais mortais: Alemanha nazista, Argentina da ditadura pós 1976, o estado Francês sob domínio alemão e a junta dirigida pelo General Banzer, na Bolívia, foram, considerando várias circunstâncias, os estados mais repressivos do século XX. Essas quatro ditaduras proibiam toda manifestação pública de oposição. Não obstante, a ação destas mulheres, representando a expressão de uma opinião pública, marcaram os limites implícitos dos dispositivos repressivos, desses regimes autoritários. Em que contexto as mulheres impuseram sua força?

Em Berlim, manifestações de mulheres aconteceram na *Rosenstrasse*, de 27 de fevereiro a 6 de março de 1943.⁷ A decisão de Goebbels de “liberar Berlim de todos os Judeus” foi a origem de um evento. Os nazistas queriam definir uma solução final sobre os últimos judeus alemães: aqueles cuja deportação tinha sido adiada, até então, porque eles tinham se casado com uma “ariana” antes das leis de Nuremberg, ou porque trabalhavam em uma usina de armamento.

A operação começou no sábado 27 de fevereiro; nesta ocasião, 7981 judeus alemães, residentes ou de passagem, foram presos em Berlim. Por ordem de Adolf Eichmann, os judeus casados com uma ariana, ou seja, o pai judeu de um “casal misto privilegiado”, os *Mischehens*, foram separados.⁸ Destinados a campos de trabalho na Polónia, em vez de serem deportados para Auschwitz, foram agrupados em quatro locais, incluindo escritórios localizados na *Rosenstrasse*, no antigo bairro judeu de Berlim, a algumas dezenas de metros da sede central da Gestapo.

Inquietas de não poder ver seus esposos chegando em casa no horário habitual, e depois de terem conhecimento do lugar onde estavam presos, graça a policiais indiscretos, as esposas arianas de “judeus privilegiados”, frequentemente acompanhadas de seus filhos, às vezes de um outro membro da família, se reuniram sábado à tarde em frente dos escritórios da *Rosenstrasse*, esperando recolher algumas informações. Em um primeiro momento, elas iam levar roupas a seus maridos, objetos de toalete, alimentos, e por fim exigiram por sua liberação. Eles (sobretudo elas) eram 150 a ocupar a via pública ao fim dessa primeira tarde. Na manhã seguinte, elas eram 600 manifestantes, “vários milhares” ao fim desse episódio. No fim de uma semana, as manifestações “arianas” obtiveram a liberação de seus esposos judeus. Entre 1500 e 2000 detidos foram libertados, 25 dos quais regressaram em meados de março para Auschwitz, de onde eles haviam sido prematuramente deportados.

Devemos observar aqui a rapidez do evento, constatando os limites de uma ação de tipo peticionário, interrompida assim que as manifestantes viram suas reivindicações satisfeitas.

⁷ Sobre este episódio, ver: STOLTZFUS, 1996; SEMELIN, 1999.

⁸ Em relação aos “casais mistos privilegiados”, esta designação era aplicada apenas aos homens judeus casados com uma “ariana”. Eles passaram a ser chamados, também, de arianos, desde 1938, e, como tal, estavam isentos de usar a estrela de David.

Na Argentina, as mães e avós da Praça de Mayo, frequentemente e afetuosamente designadas como “as loucas”⁹, formaram um movimento de tipo espontâneo, que se organizou progressivamente durante a ditadura militar, de 24 de março de 1976 ao fim de 1983.

A primeira manifestação pública das mães aconteceu em 30 de abril de 1977. Inicialmente *las madres* pediam informações sobre o que havia acontecido com membros das suas famílias que tinham desaparecido, após a captura pela polícia ou pelo exército. Após serem rejeitadas durante vários meses, enfrentando o mutismo do Ministério do Interior, 14 mulheres tomaram a decisão de fazer saber ao mundo, em frente ao Palácio do Governo, na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, que elas não tinham notícias dos seus “filhos”. Inicialmente elas não denunciaram a Junta Militar, as mães contam que elas não podiam admitir, naquela época, que o general Videla estava envolvido no desaparecimento de seu filho ou filha.¹⁰

A Junta continuava no seu mutismo, o apagamento dos “subversivos” fazia parte de sua estratégia de terror e de comunicação com o exterior (ANISTIA INTERNACIONAL - SECCIÓN DOS ESTADOS UNIDOS, 1981; COMMISSION DES DROITS DE L’HOMME EN ARGENTINE, 1978¹¹). Após a brutalidade aplicada pela ditadura chilena, e as prisões em massa perpetradas pela junta uruguaia, os militares argentinos optaram por uma repressão continuamente massiva, porém discreta, esperando limitar as pressões internacionais: afinal os opositores estavam desaparecendo. Por conseguinte, as mães da Plaza de Mayo só podiam continuar com suas ações. Com o tempo, elas radicalizaram suas reivindicações. A partir de 1987, seu slogan mobilizador se tornou “*aparición con vida*”, significando o retorno com vida; então, elas bordavam essas palavras em seus lenços, com o nome do desaparecido (FISHER, 1989, p. 54). Depois, elas defenderam publicamente os valores democráticos e denunciaram a ditadura. Ao longo dos meses elas organizaram seu grupo. As mães, e as avós formaram rapidamente o seu próprio movimento¹², estruturaram duas organizações informais

⁹ Sobre as mães da Plaza de Mayo, ver BONAFINI; SANCHEZ, 1999; BOUSQUET, 1982; FISHER, 1989; GUZMAN-BOUVARD, 1994; MELLIBOVSKY, 1997; SARNER, 2000. Sobre as avós da Plaza de Mayo, ver: ARDITTI, 1999.

¹⁰ Ver a respeito no testemunho de Maria Adela Gard de Antokoletz, em: MELLIBOVSKY, 1997, p. 19.

¹¹ Para a primeira edição em língua espanhola, ver: COMISIÓN ARGENTINA POR LOS DERECHOS HUMANOS, 1977.

¹² As “avós” manifestaram-se pela primeira vez juntamente com as “mães”. Porém, elas se separaram rapidamente na primavera de 1977, devido à especificidade de seus objetivos e, mais ainda, pela particularidade de seus modos de ação: encontrar a criança carregada no ventre de sua filha, ou nora, quando esta foi capturada, embora, obviamente, continuasse a exigir informações sobre os familiares desaparecidos. Em particular, elas interferiram nos tribunais de adoção de menores, para paralisar os procedimentos. Já em 1978, eles passaram a assinar suas petições como “Abuelas argentinas con nietos desaparecidos” (avós argentinas cujos netos estão desaparecidos). Desde a queda da ditadura, elas têm ocupado posição privilegiada nas ações da sociedade civil contra as leis de anistia, as chamadas leis de “punto final”, exigem que se declare os crimes de desaparecimento de crianças imprescritíveis. Elas puderam, assim, trazer militares de volta aos tribunais e obter sua condenação,

e dividiram as tarefas. A primeira tesoureira da associação das mães foi, naturalmente, aquela que possuía um cofre bancário; era preciso depositar parte dos milhares de dólares enviados pelas organizações de solidariedade internacional. Depois, em 22 de agosto de 1979, *las madres* registraram oficialmente, em plena ditadura, o estatuto da “Associação Civil de Mães da Plaza de Mayo”, com a eleição de uma mesa diretora e a publicação regular de um boletim, a partir do ano seguinte.

Quando a ditadura caiu em 1983, elas se mobilizaram a fim de obter o julgamento dos torturadores e, depois, para lutar contra várias decisões da anistia. Em 1986, o movimento se dividiu: algumas mães consideraram que era preciso deixar a gestão da política para os partidos políticos democráticos¹³, e limitaram sua missão ao culto da memória dos desaparecidos e à manutenção da lembrança dos crimes da ditadura¹⁴; elas, então, saíram do movimento e criaram a “Linha fundadora”¹⁵. A Associação inicial se manteve, continuando a ser, como uma organização crítica, de vigilância democrática e de justiça, militando pela continuação da repressão aos crimes e abusos cometidos pela e sob a Junta Militar¹⁶. Na sequência de seu investimento político, elas inauguraram, em 2000, em Buenos Aires, a “Universidade Popular das Mães da Plaza de Mayo”.

Na França, as primeiras manifestações públicas de mulheres começaram em novembro de 1940 em zona não ocupada; essas reuniões protestavam contra a escassez de suprimentos, a alta dos preços, e pelo retorno dos prisioneiros¹⁷. Eram, então, protestos de tipo peticionário, reunindo populações que não tinham acesso ao mercado negro e queriam ser a expressão da comunidade. Como aponta Jean-Marie Guillon (1989), esses grupos se pareciam mais com revolta do que com manifestação, eles expressavam emoções.

Mas em janeiro de 1941, na região parisiense, a imprensa comunista clandestina passou a convocar para aderir a esses desfiles. Depois, durante o verão, a organização

incluindo Jorge Rafael Videla, na década de 1990. Para saber mais ver: www.wamani.apc.org/abuelas.html. Esta página não está mais disponível.

¹³ Desde 1984 algumas “mães” estavam saindo da Associação para militar em partidos políticos.

¹⁴ A divisão era, também, política e social. Os militantes que fundaram a *Linea Fundadora* eram próximos do Partido Radical e muitas eram de camadas sociais superiores, elas já não se reconheciam no ativismo e nas sensibilidades de extrema esquerda, para as quais se orientava a Associação.

¹⁵ *Madres de Plaza de Mayo – Linea Fundadora*: www.derechos.org/ddhh/madres/laura. Esta página não está mais disponível.

¹⁶ *Historia de las Madres de Plaza de Mayo – Conferencia pronunciada el 6 de julio de 1988 por Hebe de Bonafini – Asociación Madres de Plaza de Mayo* (site internet: www.madres.org/historia/contenido/historia.htm). Esta página não está mais disponível.

¹⁷ Sobre as manifestações de donas de casa na França sob ocupação, ver: AVAKOUMO VITCH, 1991; UNION DES FEMMES FRANÇAISES, 1977; SCHWARTZ, 1989, 1995, 1999; TARTAKOWSKY, 1998.

clandestina do Partido Comunista (PCF) deu instruções aos seus militantes para impulsionar a constituição de comitês populares e de ir “trabalhar entre as mulheres”¹⁸.

A estrutura foi, então, reforçada na clandestinidade de acordo com a dicotomia habitual da Resistência: na zona sul, os Comitês das Mulheres da França, na zona norte o de Mulheres Francesas; em 1º de outubro de 1944 os dois movimentos fundiram-se na União das Mulheres Francesas (UFF). A UFF era então um movimento civil, aberto, comparável às outras organizações de resistência ligadas ao PCF, recrutando seus quadros e outros membros muito além do movimento comunista. Esses comitês foram as principais alavancas de manifestações públicas sob a ocupação; no entanto, elas conservaram frequentemente as formas espontâneas e peticionárias até a Liberação. No total, das 753 manifestações identificadas por Danielle Tartakowsky, para o período de julho de 1940 até o desembarque na Normandia, 239 foram “manifestações de donas de casa” mobilizadas pelos temas de abastecimento, de prisioneiros, de STO¹⁹; elas representaram 62% do total na primeira fase da Ocupação, de 10 de julho de 1940 a 30 de abril de 1942. Dito isto, estas expressões de protesto popular caracterizaram uma vasta gama de situações, desde motins de mercado e os movimentos de petição, como os de novembro de 1940 em Béziers e Carcassonne, onde as mulheres marcharam para a Câmara de Vereadores, para protestar contra o elevado preço das batatas, até a manifestação na Rua de Buci, em 31 de maio de 1942, estudado por Paula Schwartz, onde as mulheres marcharam sob a proteção do grupo franco FTP²⁰.

No contexto da ocupação, esses movimentos espontâneos de donas de casa foram rapidamente organizados ou instrumentalizados pela Resistência. Em seguida eles se tornaram organizações de massa da Liberação: o mais importante desses grupos de mulheres, o UFF, afirmava ter 180 000 membros, em novembro de 1944 e 627 000 em setembro de 1945! No entanto, a UFF continuou a desmobilizar suas participantes sobre o tema de abastecimento depois da Liberação, associando-as à questão de purificação²¹, no início desse mesmo

¹⁸ Conforme testemunho de Marcelle Barjonet-Hurax, responsável, com Simone Bertrand, pela *Union des Comités des Femmes de France* de 1943, em: UNION DES FEMMES FRANÇAISES, 1977, p. 149-153.

¹⁹ NT- STO – Service du Travail Obligatoire - Serviço de Trabalho Obrigatório, criado em 1943, foi um programa criado pelo Governo de Vichy, por exigência da ocupação pela Alemanha Nazista, depois que a campanha de políticas de trabalho voluntário não deu resultados esperados. O STO promoveu a transferência para a Alemanha de centena de milhares de trabalhadores franceses, de forma compulsória, para trabalhar nas fábricas alemãs. Estes trabalhadores eram alojados em campos de trabalhadores em solo alemão.

²⁰ NT – FTP – Francs-tireurs e partisans – militantes franco atiradores, foi uma organização da resistência francesa, criada em 1942, ligada ao partido comunista francês, durante a Segunda Guerra Mundial.

²¹ NT – Purificação no sentido de punição às pessoas que tinham colaborado com a ocupação da Alemanha nazista na França.

período. De novembro de 1944 a outubro de 1947, as manifestações das donas de casa representaram 51% dos eventos (352 em 690) (TARTAKOWSKY, 1996).

Na Bolívia, a greve de fome das mulheres de mineiros podia ser considerada igualmente como uma ação de tipo espontâneo, mas ela se produz em um quadro organizacional complexo (LAVAUD, 1999; DE DERECHOS HUMANOS, 1978). Esse episódio se desenvolveu de 28 de dezembro de 1977 a 18 de janeiro de 1978, sob a ditadura do general Banzer. Em 28 de Dezembro de 1977, quatro esposas de mineiros, cujos maridos tinham sido presos e despedidos por razões políticas, iniciaram uma greve de fome acompanhados pelos seus 14 filhos, numa sala do bispado de La Paz. A greve de fome fazia parte do repertório de protestos na Bolívia, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e as esposas dos mineiros tradicionalmente levavam suas crianças em suas ações. Desta vez, exigiram da Junta Militar que governava o país:

- 1 - anistia geral para todos os presos e exilados políticos e sindicais;
- 2 - a reintegração de todos os empregados que foram despedidos por razões políticas
- 3 - o restabelecimento dos sindicatos;
- 4 - a revogação do decreto que tornava as minas zonas militares
- 5 - a retirada das tropas estacionadas nos campos de mineração.

Mesmo que este evento faça parte de uma dinâmica mais ampla de mobilização popular contra a ditadura do General Banzer, a decisão de entrar em greve de fome foi tomada por estas quatro mulheres e mais uma quinta "dona de casa", Domitila²², responsável pela comunicação entre os grevistas e os meios de comunicação.

Esta ação foi uma resposta ao anúncio do governo militar de uma anistia de Natal, a 21 de dezembro. Esta foi entendida como uma provocação. Uma anistia "ampla" tinha sido prometida. No entanto, a lista que foi divulgada apenas dizia respeito a algumas dezenas de indivíduos e continha numerosas irregularidades (apenas o nome, sobrenomes repetidos, etc.) que foram assinaladas por associações de direitos humanos. Embora a decisão de fazer a greve de fome tenha sido tomada independentemente dos sindicatos e organizações políticas, estas quatro mulheres se beneficiaram, muito rapidamente, de uma rede de apoio extremamente poderosa; toda a sociedade civil boliviana, tanto clandestina como autorizada, se mobilizou em torno delas: sindicatos, partidos políticos, organizações de mulheres, associações de direitos humanos, igrejas. Como resultado, o jejum, que começou com quatro

²² Trata-se de Domitila de Chungara, presidente do comitê de mães, autora de um relato autobiográfico, ver: DE CHUNGARA; VIEZZER, 1978.

pessoas, espalhou-se rapidamente para outros grupos mistos. No final do episódio, 1200 a 1500 pessoas tinham deixado de comer, incluindo os bolivianos expatriados.

Em 18 de janeiro, o governo aceitou negociar a partir da plataforma apresentada em 28 de dezembro. Concedeu uma anistia geral e a reintegração dos mineradores vítimas da repressão, assegurando aos grevistas que não seria tomada qualquer sanção contra eles ou suas famílias. As pessoas que faziam jejum cederam nos últimos três pontos da plataforma.

Na Bolívia e em Berlim, as autoridades cederam muito rapidamente em relação às principais reivindicações das manifestantes. De fato, estas últimas se beneficiaram de circunstâncias extremamente favoráveis. O relativo sucesso das manifestações de Berlim deve ser reinserido no curto prazo. Goebbels tinha acabado de entregar o seu discurso sobre a guerra total em 18 de fevereiro de 1943, no Palácio do Desporto de Berlim. Ele, então, decidiu acelerar a solução final. Em 2 de Março, ele escreveu no seu diário: "Eu, absolutamente, quero limpar, pelo menos a capital, de todos os judeus" (LE JOURNAL... 1948, p. 241). Entretanto, a operação contra judeus, iniciada em 27 de fevereiro, aconteceu no meio da derrocada do 6º Exército na frente soviética; em Stalingrado, 209.000 soldados alemães foram perdidos. Na sequência da conferência de Casablanca, os aliados intensificaram os bombardeios estratégicos sobre a Alemanha. Na noite de 1 a 2 de março, no coração do Terceiro Reich, Berlim sofreu um bombardeio extremamente violento e mortífero: 191 mortos e 268 feridos, "Colônia ainda estava em chamas quando os aviões quadrimotores dos aliados fizeram chover quatro toneladas de bombas sobre o capital alemã", relatou Maurice Schumann na BBC em 2 de Março de 1943²³. "Este é o maior ataque aéreo na capital (...) Os danos devem ser extremamente graves" (LE JOURNAL... 1948, p. 250). Circulavam rumores em Berlim de que o bombardeio viera para vingar os judeus (KARDOFF, 1964, p. 43). Ao mesmo tempo, as autoridades alemãs não conseguiam mobilizar as mulheres para a produção. Os relatórios sobre o espírito público, que chegavam na capital, mostravam que as mulheres alemãs se recusavam a ir para as fábricas. As autoridades nazistas mostraram-se relutantes em reprimir tal comportamento derrotista num momento em que a opinião alemã se encontrava efetivamente no seu ponto mais baixo. "Goebbels fez referência a relatos, que chegavam a seu aparato tentacular, sinalizando a agitação e o descontentamento que emergiam na opinião pública" (SPEER, 1971, p. 361). "Os relatórios que me chegam da Renânia indicam que, em algumas cidades desta região, a população está começando a

²³ Maurice Schumann, transmissão de Honra e Pátria de 2 de março de 1943 (CREMIEUX-BRILHAC, 1975, p. 104).

mostrar sinais de cansaço" (LE JOURNAL... 1948, p. 255-256).²⁴ Enfim, a decisão de prender vários milhares de judeus, a maioria dos quais foram destacados para fábricas de armamento como trabalhadores forçados, desagradou aos militares e industriais que testemunharam a interrupção inesperada de uma produção estratégica num momento crucial. Alguns vieram reivindicar "seus judeus" (STOLTZSFUS, 1996, p. 247). O momento não era propício. Goebbels decidiu revisar suas instruções: "Ordeno ao SD²⁵ a não continuar a evacuar os judeus em um momento tão crítico", escreveu em 6 de março, "é melhor esperar ainda algumas semanas; nós podemos agir juntos com ainda mais rigor" (LE JOURNAL... 1948, p. 257-258).

Ainda mais, no fim do ano de 1977, a ditadura militar boliviana estava fragilizada; efetivamente, o último trimestre de 1977 marcou o início da transição política na Bolívia. O regime militar estava sob pressão da nova administração Carter sobre a política de direitos humanos. Por outro lado, as negociações levadas a cabo com o Chile de Augusto Pinochet, a fim de obter uma abertura para o Pacífico, tinha falhado, e o regime Banzer tinha confiado fortemente na solução da saída oceânica para conquistar a opinião pública. Mais uma vez, o partido militar foi dividido entre a facção legalista, que estava empenhada no retorno dos civis, e os adeptos da linha dura, que estavam determinados a manter a ditadura em nome da "segurança nacional". Em 10 de setembro, no seu regresso de Washington, o General Banzer tinha anunciado a iminente restauração da democracia, prevendo a organização de eleições para 1980. Foi na sequência destes anúncios de abertura democrática que foi prometida uma ampla anistia. Como resultado, "um vento de liberdade" (LAVAUD, 1999) soprou sobre a Bolívia no final de 1977. Face a uma sociedade civil em tumulto, o poder militar dividido hesitou.

As mães da Plaza de Mayo também se beneficiaram do momento Carter, bem como da ascensão da retórica e da ideologia dos direitos humanos, em nível internacional, na segunda metade dos anos 1970. Do mesmo modo, na França, a ampliação das manifestações das donas de casa estava, obviamente, ligada ao desenvolvimento da Resistência.

Não obstante, não deve ser dada demasiada importância à conjuntura imediata; essas ações pertencem ao repertório clássico de protestos populares e manifestações de mulheres.²⁶ Por outro lado, é notável que elas puderam acontecer em ambientes políticos

²⁴ Documento de 6 de março de 1943, disponível no livro em 1948.

²⁵ NT. SD é a sigla de *Sicherheitsdienst*, ou seja, o serviço de inteligência interno do Partido Nazista (o NSDAP), que poderia ser traduzido literalmente como serviço de segurança.

²⁶ Ver: DAUPHIN; FARGE, 1997.

também hostis, que assumiram formas de resistência civil²⁷, e que, quando foram forçadas a durar, se reestruturaram, aprofundando, ou mesmo reorientando, as suas exigências no sentido de defesa da coletividade.

JOGO DE GÊNERO E RESISTÊNCIA CIVIL

Os contextos culturais favoreceram o desenvolvimento desses movimentos e até garantiram seu relativo sucesso. As sociedades envolvidas foram fortemente marcadas pela ideologia familiar: o imaginário doméstico formou a base da organização social e das relações individuais entre os homens e mulheres; acima de tudo, fazia parte da panóplia de valores defendidos pelas ditaduras; Vichy e a tradicional Argentina dedicando um verdadeiro culto às mães.²⁸

No entanto, estas diferentes ações de protesto encenaram a questão do gênero de acordo com os estereótipos da dona de casa. E em primeiro lugar, por razões objetivas: os manifestantes eram de fato o que diziam ser. Em Berlim, a expressão da dissidência inicial sobre a *Rosenstrasse* tinha tomado forma, essencialmente, numa reunião de esposas arianas que tinham vindo perguntar sobre o destino dos seus maridos judeus; quando se manifestaram contra as autoridades, fizeram-no ao ritmo de slogans de solidariedade conjugal: "libertar os nossos maridos", "deixar os nossos maridos ir", "queremos os nossos maridos de volta". Na Bolívia, as quatro grevistas que iniciaram o jejum pensavam-se, em primeiro lugar, como a esposa de um trabalhador cuja casa estava em perigo devido à prolongada prisão de seu companheiro. A sociologia política do movimento era, evidentemente, mais complexa. Mas, esta dimensão emocional foi a principal força motriz para a ação. Como companheira de um militante revolucionário, Ludmila de Pimentel apresentou a sua decisão como a de mulheres e crianças "em solidariedade com os seus companheiros privados de justiça e liberdade"²⁹. Como resultado, as autoridades tentaram parar o movimento libertando e reintegrando os cônjuges das grevistas entre 29 de dezembro e 6 de janeiro³⁰. Na França ocupada, as manifestações contaram com a participação de donas de casa mobilizadas sobre temas

²⁷ De acordo com Jacques Semelin (1989, p. 16), resistência civil é “definida como o processo espontâneo de luta da sociedade civil por meios desarmados, seja pela mobilização de suas principais instituições, seja pela mobilização de suas populações ou pela ação de ambas ao mesmo tempo”.

²⁸ Ver: HASANBEGOVIC, 2001.

²⁹ José Pimentel era membro do Partido Revolucionário dos Trabalhadores Bolivianos e do Exército de Libertação Nacional (ELN), de orientação Castrista.

³⁰ Ver: LAVAUD, 1999, p. 72 e 123.

considerados como "assuntos de mulheres". Mulheres donas-de-casa reclamavam sobre a questão do abastecimento alimentar: controle de preços, aumento dos tíquetes de racionamento para necessidades básicas: pão, batatas, leite "para as crianças", etc., a escassez. As esposas exigiram o regresso dos prisioneiros de guerra e um aumento do subsídio militar. As mães protestaram contra a partida dos trabalhadores requisitados pela STO para a Alemanha. Na Argentina, mães e avós passaram a testemunhar para o mundo. A origem das acusações na Plaza de Mayo veio da decisão de tornar pública a sua dor aos transeuntes e depois aos jornalistas: "Nós queremos nossos filhos, que nos digam onde eles estão", enquanto desafiavam os líderes do governo, com os mesmos slogans: "devolvam-nos nossos filhos, digam-nos o que fizeram com eles".

Os estereótipos familiares foram ainda mais difundidos nestas manifestações. Os protestos foram sexuados, num sentido muito convencional. Para tornar a ação possível, as mulheres agitadoras divulgavam imagens de uma mulher conformada. Em outras palavras, as mulheres manifestantes, e os homens que as acompanharam, consideraram que as mulheres poderiam intervir numa situação de grande perigo, onde os pilares do movimento e outros atores sociais sofriam um grave déficit de representação, a sua identidade tornou-as demasiado vulneráveis. Maria del Rosario testemunhou após os acontecimentos: "Quando insultávamos a polícia eles pensaram: o que pode esta mulher velha fazer? Eles não compreenderam que éramos fortes. Se um homem os insultasse, ele desapareceria" (FISHER, 1989, p. 59). Domitila relata: em 1964, durante a repressão dos mineiros em Huanuni, o exército recusou-se a permitir que os feridos fossem ajudados pelos seus companheiros. Desafiando os militares, com a secretária-geral do comité de *Las Amas de casa* (donas de casa) ambas envergonhadas por uma gravidez avançada, agarraram-se a uma maca para os levantar. A fim de reduzir o risco de represálias, a secretária disse: "Eles devem ver que somos mulheres. Soltem bem seus cabelos" (DE CHUNGARA; VIEZZER, 1978, p. 93). Do mesmo modo, recordando a sua presença na *Rosenstrasse*, Ruth Gross recordou: " Pensamos: somos arianas, se ficarmos lá, e se formos apenas mulheres, talvez eles fiquem impressionados" (STOLTZFUS, 1996, p. 227).

Restrições culturais foram totalmente integradas pelos familiares dos desaparecidos, desde o início das atividades na Plaza de Mayo. A imaginação de estar numa guerra civil, que circulou entre os partidários da ditadura, fez com que os jovens estudantes se tornassem suspeitos e potenciais "subversivos", independentemente do seu sexo. As reuniões preparatórias definiram, então, manter os homens e as mulheres jovens na sombra, a fim de

limitar os riscos de repressão (ARDITTI, 1999, p. 35). Estas decisões das manifestantes baseavam-se, principalmente, em reflexos culturais; elas estavam convencidas de que seu gênero e sua idade, tornava-as menos vulneráveis à agressão pública. Hebe de Bonafini explicou, assim, sua capacidade de intervir no espaço público: “Eles não sabem o que fazer de nós (...) eles pensavam que (...) nós ficaríamos lá até ficarmos cansadas de ficar de pé com nossas varizes, ou até que um ataque cardíaco nos atingisse” (BONAFINI; SANCHEZ, 1999, p. 135). Trata-se aqui da percepção que essas manifestantes tinham da sua capacidade de impor um equilíbrio de poder. A espontaneidade não era o único recurso a impulsionar essas atitudes; a análise e instrumentalização de gênero também fizeram parte dos mecanismos que conduziram à ação. Uma das primeiras “organizadoras” do movimento de “mães” da Plaza de Mayo, uma jovem militante da Liga dos direitos do homem, com 22 anos na época, ela não participou nas primeiras manifestações. Antes de desaparecer, em 1978, ela relatou: “Pensamos que seria mais apropriado usar mulheres de meia-idade como portadoras de bandeiras, mães de família, com tudo o que isto representa na tradição argentina” (BOUSQUET, 1982, p. 102).

O gênero esteve presente na encenação destes movimentos. O reforço da diferença entre os sexos estava relacionado com a categoria do gênero, que interferiu em suas práticas e representações. Foi também devido à instrumentalização da diferença de gênero realizada pelas próprias mulheres. A presença de crianças nas manifestações marcou a sociologia das mães nestas sociedades; as mulheres bolivianas eram, muito frequentemente, acompanhadas pelos seus bebês, elas costumavam carregar os seus bebês às costas durante todo o dia. Mas a presença das crianças fazia, também, parte da encenação do movimento e da sua radicalidade. Na Bolívia, as donas de casa, estavam geralmente grávidas e acompanhadas pelos seus filhos. Quando a greve de fome começou, as crianças naturalmente seguiram as suas mães no jejum, acentuando a expressão da determinação do movimento; isto criou uma forte emoção popular e levou a uma reação imediata das organizações humanitárias pedindo para que as crianças não deixassem de ser alimentadas. Da mesma forma, em 1961, as mulheres cingiram-se com bananas de dinamite, com seus bebês, para forçar os militares a adiar a sua resposta. As mães da Plaza de Mayo, tal como as donas de casa sob a ocupação, aproveitaram o calendário, e, em particular, o Dia das Mães, para dar maior amplitude à sua ação. As mães argentinas fizeram da fralda a bandeira do seu movimento. A fralda como símbolo era, antes de tudo, a expressão de uma cultura feminina. Originalmente, as mães procuravam um objeto com o qual se identificassem em uma peregrinação. Uma delas propôs cobrir-se com uma fralda,

como se fosse um lenço; era facilmente reconhecível e, acima de tudo, as mães sempre tinham alguma. Rapidamente elas fizeram da fralda o seu emblema: enfatizava a sua identidade como mães e paralisava o sistema repressivo: não se atacam as mães que defendem os seus bebês, ao mesmo tempo que metamorfosearam os desaparecidos em crianças, em recém-nascidos, quando estes eram adultos, muitas vezes ativistas, alguns dos quais tinham lutado na guerrilha. Certamente o gênero foi significativo na cultura das atrizes, mas também era devido à sua capacidade de se distanciar da sua identidade de gênero e de utilizar a maternidade como um instrumento de expressão e ação política.

Os manifestantes dirigiram-se às autoridades através da perspectiva do gênero, estimulando a sua identidade masculina. Na Argentina, desafiaram os pais que protegem o lar; em Berlim, provocaram guerreiros que defendiam a nação. A um policial que veio prendê-la na Plaza de Mayo, Marta, uma das 14 mães, respondeu: "Devolvam-nos nossos filhos, diga-nos o que fez com eles. Não tem filhos? Não faria o que fizemos se eles desaparecessem?" (BOUSQUET, 1982, p. 53). Durante as manifestações de Berlim, as manifestantes dirigiram-se diretamente aos oficiais das SS, responsáveis pelas detenções, colocando a sua identidade de gênero em desacordo com a sua função: "Deixem as mulheres em paz, vão para a frente de batalha... lá estará no seu lugar" (KARDOFF, 1964, p. 41).

Na França ocupada, a instrumentalização do gênero foi pensada pela Resistência, particularmente os comunistas, que viram nas representações da dona-de-casa e nas condições econômicas, agravadas pela ocupação, a oportunidade de mobilizar as mulheres onde elas estavam, tendo em conta as realidades sociais e culturais (UNION DES FEMMES FRANÇAISES, 1977, p. 149-153). Transformar o descontentamento em ação. Promover o desenvolvimento de um movimento de protesto público na França ocupada sob Vichy, limitando os riscos de repressão, foi, também, um dos objetivos do "trabalho entre as mulheres". A representação do gênero foi muito significativa na manifestação na Rue de Buci, em maio de 1942, durante a qual os partidários armados da FTP formaram o grupo protetor nas sombras, enquanto o protesto na via pública foi representado por uma multidão de mulheres (SCHWARTZ, 1999). Na Liberação, mantendo a identidade doméstica, a UFF continuou a mobilização das mulheres sobre os temas do abastecimento e da purificação a partir dos comitês das donas de casa, a fim de abrir um espaço de oposição, de contestação, sem ofender uma cultura patriótica que estabeleceu a unidade nacional como um dogma. Uma onda de manifestações foi instigada e supervisionada pela UFF no início de dezembro de 1944 em Brest, Morlaix, Quimper, e nos portos de Finistère em geral; elas exigiam o reforço

da purificação das administrações encarregadas do reabastecimento e da constituição de comissões de donas de casa para zelar pelos mercados; de fato, elas foram a ponta de lança pública da campanha lançada pelo PCF na região, para justificar a constituição de guardas cívicos republicanos (RELATÓRIO... 1944).

Esses movimentos interpretavam o mito da guardiã da casa com suas fraquezas, sua emotividade, sua ignorância política. Sua força repousava sobre sua aptidão de desfocar outras facetas da sua identidade: de mulheres corajosas, determinadas, animadas por um pensamento político, sobre as quais o estereótipo suave da mulher doméstica deslizava.

Ao exprimir a vulnerabilidade e instrumentalizar a fragilidade, as donas de casa detidas na sequência dos acontecimentos da Rue de Buci disseram à polícia que tinham vindo para celebrar o Dia da Mãe, enquanto outras falaram que tinham vindo na esperança de tirar partido de uma distribuição gratuita de sardinhas... para alimentar as suas famílias (SCHWARTZ, 1995). As mães da Plaza de Mayo também utilizaram da fraqueza e inocência de um feminino materno. As mulheres bolivianas orientaram o seu movimento desde o início sobre a construção do mito da espontaneidade e do apoliticismo. Elas queriam ser vistas como pessoas comuns. (LAVAUD, 1999). Ficou, por isso, decidido que Domitila não acompanharia as outras quatro mulheres no jejum: ela poderia ser prejudicial ao movimento, pois era uma figura importante na extrema esquerda; usando os seus contatos, ela foi responsável pela ligação entre os grevistas e os meios de comunicação social. Inicialmente as manifestantes se mostraram relutantes em permitir a participação de Aurora de Lora: ela deveria deixar de se alimentar com os outros três? Ela própria hesitou sobre o seu papel, pois era conhecida por ser uma militante do Partido dos Trabalhadores Revolucionário Trotskista.

Muitas das manifestantes descreveram e representaram a sua participação nestas ações como a sua primeira experiência política. Muitas das mulheres francesas, alemãs e argentinas falaram do seu medo, do pânico, pouco antes das atividades no espaço público e, depois, da sua descoberta do poder, a estranha sensação de um certo prazer, quando se encontravam e faziam manifestações juntas, como um grupo compacto, com a convicção de que tinham razão: elas sentiram que o equilíbrio de poder seria imediatamente invertido em sua vantagem, o que marcaria o ponto alto da libertação cognitiva. "No início fiquei assustada, mas à medida que me aproximava das mães, elas pareciam tão fortes [...] e como se pode ter medo quando se está lutando por uma causa justa", testemunhou Aida de Suárez (FISHER, 1989, p. 29). No entanto, estas mulheres não intervieram no espaço público sem preparação. Na Argentina, como no Terceiro Reich, uma cultura de medo tinha invadido a

vida cotidiana e habitava as mentes de grupos oprimidos. Desde 1933, os casais mistos na Alemanha passaram a estar sujeitos a inúmeras pressões e vexações. Após dez anos, a relação com o medo já não era a mesma nas famílias "mestiças" perseguidas que tinham sobrevivido (HECHT, 1993)³¹. Da mesma forma, foi somente depois de meses de recusa de informações por parte das autoridades, e após muitas visitas aos quartéis e delegacias de polícia, que as mães começaram a manifestar-se na Plaza de Mayo. *Las Amas de Casa* del Siglo XX e Huanuni estavam familiarizadas com a repressão dos militares e com os confrontos políticos nas áreas mineiras. De fato, os testemunhos frequentemente mostram mulheres que transcenderam o medo, algumas porque pensavam que já estavam mortas. As Mães da Plaza de Mayo dotaram-se de um imaginário de mulher forte e resistente, construído sobre a identidade materna, invertendo a ordem dos valores em que se baseia o gênero nas sociedades ocidentais. "Os homens ficaram em casa, eles não sabiam o que fazer. Parece que os homens são menos resistentes. As mulheres parecem ser mais fortes. Uma mãe já não pensa quando o filho está em perigo", disse Maria del Rosario, e isto foi confirmado por Hebe de Bonafini: "Não era menos perigoso para uma mulher, mas talvez uma mãe esteja preparada para assumir mais riscos. Tivemos menos medo. Os nossos maridos temiam a morte cada vez que saíamos (FISHER, 1989, p. 59)"

Acima de tudo, ao mesmo tempo que se enfatiza a engenhosidade política, a presença de ativistas ou mulheres com experiência organizacional foi fundamental para a compreensão da dinâmica destes movimentos; o caso de Berlim à parte. Como já foi salientado, os comitês das donas de casa na França ocupada tinham sido organizados por membros do Partido Comunista e ligados aos movimentos de mulheres da Resistência. As cinco mulheres bolivianas tinham todas uma experiência política de base, seja através da participação em manifestações, seja através dos seus maridos ativistas militantes; além disso, com Aurora de Lora, podia-se contar com uma ativista revolucionária; acima de tudo, Domitila trouxe-lhes a inteligência política de uma mulher líder. Finalmente, nos casos francês e boliviano, os movimentos de mulheres foram inseridos num tecido organizacional muito maior.

O caso das mães da Plaza de Mayo é muito interessante, pois orientando seu movimento na direção do maternalismo defensivo, elas foram levadas a negar, entre elas, toda experiência política anterior. Elas sempre disseram que as suas reivindicações na Plaza de

³¹ O depoimento de Ingeborg Hecht, nascida em 1921, de um "casamento misto privilegiado", sobre sua infância alemã sob a ditadura nazista. A edição alemã do livro é de 1984.

Mayo eram, para elas, um batismo político: a sua primeira experiência. Esta foi a sua identidade política, a sua legitimidade sob a ditadura e ainda hoje, na medida em que esta declaração implica, por parte delas, na ausência de envolvimento nos confrontos políticos que precederam o golpe militar de 1976, quando a Argentina estava vivendo uma guerra civil extremamente violenta. Entretanto, as mães não eram tão ignorantes dos assuntos públicos. A maioria destas mulheres eram mães de ativistas da extrema esquerda argentina, ou de grupos opositores à ditadura, dos quais elas herdaram uma parte da cultura política. Várias pesquisas com história oral mostram que estas mulheres vieram frequentemente de famílias que tinham militantes peronistas ou radicais, sejam seus pais, seus maridos ou seus filhos. Além disso, algumas delas tinham uma cultura de organização, como Otilia Lescano de Arganaraz, que fundou o Comité de Avós de Córdoba em 1977; ela era professora, ativista sindical e membro de uma família de ativistas radicais (ARDITTI, 1999, p. 174). Na associação encontravam-se professoras, diretoras de escolas, membros de sindicatos, elas também participaram de associações de vários tipos; para muitas, o despertar político remontava à figura de Eva Perón nos anos de 1945/1951: elas tinham, a essa altura, entre 20 e 30 anos de idade. Entre os membros da associação, alguns deles tinham uma sólida cultura política e dotaram o movimento de uma sensibilidade libertária e o organizaram; tal como Mercedes Mereno, exilada na Argentina após a guerra civil espanhola depois de ter a cabeça raspada aos 12 anos pelos franquistas, e seu pai, um quadro da CNT, ter sido baleado por falangistas (GUZMAN-BOUVARD, 1994, p. 9 e 228); tal como Graciela de Jeger, também filha de refugiados republicanos da guerra civil, professora e militante sindical (FISHER, 1989, p. 38).

A presidente atual do movimento, Hebe de Bonafini, que foi presidente desde a origem da associação das Mães da Plaza de Mayo (1979), participou plenamente da difusão do mito da virgindade política das mães, ela mesma parecia encarnar a figura de forma magistral³². Sua autobiografia testemunha essa identidade de uma mulher enterrada na sua casa, que se abre ao mundo e descobre a política com a ditadura.

O que mais me irrita é que nós, as boas donas de casa, precisávamos das botas, dos tapas e dos pontapés para decidir participar, para gritar em revolta, em vez de ouvir os outros na rádio. Fico furiosa por não ter deixado a tecelagem, as panelas e frigideiras mais cedo e ir olhar para fora, e protestar contra os tanques que estavam marchando em frente ao *Dique*, em vez de me concentrar no ponto de cruz e em ouvir alguém que disse que estes tanques estavam a marchar na esquina (...) mas que não era uma preocupação nossa (BONAFINI; SANCHEZ, 1999, p. 72).

³² Ver a este respeito: BONAFINI; SANCHEZ, 1999; e MELLIBOVSKY, 1997.
Fortaleza, v. 13, n. 26, jul-dez 2022

Ainda que na sua autobiografia, e em todos os seus testemunhos, Hebe de Bonafini pareça ignorante e pouco receptiva aos assuntos públicos até o golpe de Estado de 1976, ela viveu num ambiente familiar onde a política era discutida com violência e convicção. O seu pai era um radical, o seu irmão um ativista no sindicato peronista, os seus dois filhos militavam pela extrema esquerda terceiro-mundista. A figura lendária da fundadora do movimento das mães, Azucena de Villaflor De Vicenti, também foi elevada, pelo movimento, ao mito da maternidade cidadã e corajosa. Ela, entretanto, veio de uma família de quadros peronistas, os seus pais ocupavam posições importantes nos sindicatos e no Partido Justicialista; seu filho deu continuidade e se tornou, também, um militante peronista. Ela, de fato, mostrou ter uma rara inteligência política em termos de organização, antes de desaparecer em dezembro de 1977, em particular ao ligar as mães da Plaza de Mayo à rede internacional de organizações de direitos humanos, estabelecer contatos com a Anistia Internacional e com a da Organização dos Estados Americanos (OEA), mantendo, ao mesmo tempo, laços estreitos com todas as associações argentinas de direitos humanos, ativas sob a ditadura. A propósito, Maria Adela Antokoletz dispunha de uma compreensão das questões internacionais: uma das 14 fundadoras do movimento, então vice-presidente da associação em 1979³³, ex-mulher de um diplomata, seu filho, que desapareceu em 1976, era um advogado conhecido por defender os prisioneiros políticos, que trabalhava em ligação com a OEA e as Nações Unidas (GUZMAN-BOUVARD, 1994, p. 95). Mulheres dotadas de cultura política não era, certamente, a característica de todas as mães e avós da Plaza de Mayo, mas foram capazes de construir o movimento, estruturá-lo, inventar formas de atuação sob um manto de chumbo, onde as outras organizações tinham sido aniquiladas ou só podiam agir a partir dos corredores acarpetados dos ministérios.

A duração e o relativo sucesso destes movimentos, o que os permitiu existir, foi o prisma através do qual as autoridades os observaram. O imaginário familista leva os homens a perceber as mulheres como seres menores, que estão fora de cena, quando intervêm na esfera pública; mas, no seu papel quando agem em relação à esfera doméstica, são pensadas como detentoras de uma autoridade essencialista quando estão envolvidas na gestão da casa e em assuntos educacionais. Além disso, diante das ações que envolveram a intervenção de donas de casa em defesa dos interesses familiares, ou mesmo da sobrevivência da unidade familiar, os poderes ditatoriais e as suas forças de repressão ficaram confusos; não tinham eles próprios afirmado estar agindo em nome de proteção destes valores? A maneira como eles encararam

³³ Na origem da divisão, em 1986, ela assegurou a presidência da Linha Fundadora.
Fortaleza, v. 13, n. 26, jul-dez 2022

estas ações de protesto os levaram a orientar as suas percepções entre a legitimação, a subestimação da sua capacidade de causar danos e o exagero da ameaça, assim que se aperceberam dos riscos. Como defensoras da família nas questões alimentares, ou de crianças e de chefes de família, estas mulheres estavam no seu papel; mas, e se fossem algo mais? Por isso, ao instrumentalizar as imagens do “eterno feminino” elas se revelaram perigosas; de qualquer maneira, elas continuaram a ser pensadas como seres menores, e, por isso menos reprimidas, proporcionalmente, do que os homens.

A dificuldade de qualificar as manifestações de mulheres sempre foi um problema para o sistema repressivo, com as autoridades e a polícia atoladas na indecisão, as suas reações retardadas favorecendo o desenvolvimento destes movimentos. Este é um padrão sistemático. Em primeira instância, os presidentes de câmara e prefeitos sob a ocupação consideraram legítimas as exigências das donas-de-casa e receberam-nas na prefeitura e as escutaram. A polícia argentina, tal como a polícia de Berlim e as SS, não sabiam como lidar com a situação, hesitavam, estavam divididos quanto à atitude a adotar. Uma forma de paralisia tomou conta das forças repressivas, que, no final, não agiram. Durante uma semana na *Rosenstrasse*, as SS miraram na multidão sem disparar um tiro; durante semanas, a polícia argentina falou com as mães, tentando "raciocinar" com elas. Enquanto milhares de opositores estavam desaparecendo com procedimentos de rara brutalidade, os policiais da Plaza de Mayo chamavam simplesmente as mães à ordem: “você ignoram que o país sitiado? Estão mesmo à espera de serem presas... circulem!” Houve detenções em Berlim, e, após algumas semanas, na Argentina: as manifestantes foram rapidamente libertadas sem terem sido brutalizadas.

Então, para combater estes movimentos, as autoridades utilizaram a difamação, acusando-os de serem o oposto do papel que reivindicavam e que afirmavam incorporar; isto era para admitir que se estivessem certos a sua ação se tornaria legítima. As mães da Plaza de Mayo foram tratadas como "loucas" e depois como "más mães argentinas" que não tinham conseguido educar os seus filhos adequadamente, e os tinham transformado em agentes de subversão. Na França ocupada, nos relatórios de prefeitos, as donas-de-casa que protestaram em nome dos seus filhos contra a escassez de leite, tornaram-se "mulheres de má reputação". Na Bolívia, a televisão estimulou os reflexos machistas dos mineiros, chamando os homens de "covardes", que se escondiam atrás das mulheres enquanto retratavam as grevistas como "mães desnaturadas", "mulheres estúpidas e ignorantes" (LAVAUD, 1999).

Esta subestimação da ameaça faz parte de um sistema complexo de representações. As mulheres também foram percebidas, como atores poderosos que poderiam

derrubar regimes, porque são emocionais incontroláveis, porque encarnam o povo. Nathan Stoltzfus insiste neste ponto: as mais altas autoridades nazis foram assombradas pela memória da "facada nas costas" de 1918, a ideia de que a Alemanha tinha perdido a guerra de trincheiras porque a retaguarda tinha desassociado da frente. Hitler, Goebbels, Himmler temiam a classe trabalhadora, temiam os movimentos sociais e, em particular, a agitação interna, que eles consideraram responsáveis pela derrota de 11 de Novembro. Neste ponto, este movimento de mulheres na *Rosenstrasse*, num momento em que a mobilização das mulheres alemãs para a guerra total foi um fracasso, tê-los-ia preocupado profundamente. Goebbels anotou em seu diário, ao tomar a decisão de ceder às exigências das manifestantes na *Rosenstrasse*: "O SD considera o momento favorável para avançar a evacuação dos judeus. Mas, infelizmente, algumas cenas bastante infelizes ocorreram em frente de um asilo para idosos judeus, nas proximidades da qual se reuniu uma grande multidão de pessoas que, em certa medida, se colocaram do lado dos judeus" (LE JOURNAL... 1948, p. 257). No caso de Berlim, mais do que a identidade de gênero, o estatuto ariano das manifestantes esteve na origem da procrastinação das autoridades e das forças de repressão nazistas.

Sob Vichy, a obsessão com uma "segunda frente" estava muito presente na imprensa colaboracionista, em 1942. A partir daí, as forças da lei e da ordem foram orientadas no sentido de exagerar a ameaça. Nos relatórios da polícia de 1942, as mulheres aparecem como "uma das armas mais poderosas" da organização clandestina. Invisíveis no campo político, as mulheres tinham se tornado visíveis no campo da subversão, e, como tal, foram consideradas muito perigosas por uma inversão do sistema de representações: assim que deixavam seu papel, a partir da imagem da mãe, elas passavam ao sistema das bruxas. "As mulheres são mais comunistas do que os homens", Paula Schwartz cita um relatório policial de 1942. Para este policial, as mulheres eram mais mesquinhas, mais agressivas, mais ferozes, mais guerreiras, mais astutas do que os homens (SCHWARTZ, 1995, p. 25). Na Argentina, as autoridades reagiram quando as mães da Plaza de Mayo pareciam ser os vetores de um verdadeiro movimento de protesto de opinião pública, quer depois de terem apresentado petições, quer depois de terem publicado listas dos desaparecidos na imprensa, quando já tinham se tornado as interlocutoras privilegiadas de jornalistas estrangeiros.

Não obstante, a repressão continuou a ser menos severa, uma vez que continuava a ser de gênero. As autoridades, presas nos seus próprios padrões mentais, embora percebessem estes movimentos como uma corrente de protesto, continuaram a ver as manifestantes através do prisma da ideologia doméstica. Embora tardiamente, em 20 de

dezembro de 1943 o prefeito de Oise (*apud* TARTAKOWSKY, 1998, n. 125, p. 465) relatou: "Não teria nada a dizer se este protesto fosse espontâneo e todos o teriam considerado como humano e talvez lógico. Mas foi provocado pelo Comitê da Frente Nacional com objetivo político e é precisamente aqui que o perigo se mostra grande, já que na raiz de tudo isto está o desejo comunista de se infiltrar em todo lado e de tirar partido de todas as dificuldades"³⁴. As mulheres sempre foram menos reprimidas do que os homens pelo Estado francês. Madeleine Marzin, reconhecida pela polícia como a "líder" da manifestação na rue de Buci, escapou durante a sua transferência para a prisão em Rennes, porque até este episódio, ao contrário dos prisioneiros, as detidas não foram algemadas durante os seus deslocamentos. Mulheres, sob o regime de Vichy, morreram na deportação, enquanto os homens foram executados. Entre os manifestantes detidos em 1942, na rua de Buci, quatro foram condenados à morte: três homens e Madeleine Marzin, mas esta última teve a sua sentença comutada para prisão perpétua em trabalhos forçados. O mesmo aconteceu com as mães de Plaza de Mayo. Foram vítimas de duas batidas policiais em dezembro de 1977; Azucena de Villaflor De Vicenti desapareceu com três outras mães: o movimento era agora visto como uma ameaça pelos militares. Elas não sofreram mais desaparecimentos, entretanto, a ditadura continuava a apagar milhares de adversários. Por outro lado, as mães foram sujeitas a inúmeras pressões morais e intimidações, sem que o regime conseguisse impor sobre elas uma verdadeira repressão frontal. Da mesma forma, nenhuma avó desapareceu no contexto do movimento da Plaza de Mayo. Na Bolívia, as grevistas foram também sujeitadas a uma forte pressão moral, incluindo ameaças de lhes retirar a custódia dos seus filhos porque elas eram "mães sem consciência". Houve rumores, por parte dos militares, de que as instalações das grevistas poderiam ser atacadas e devastadas por grupos armados descontrolados que violariam as mulheres e espancariam os homens. Dessa vez, a Junta Militar ficou somente nas palavras.

A inibição destes regimes contra as mulheres não foi absoluta, longe disso. Assim que as ações das mulheres adversárias, ou a sua aparência, as fizeram parte de um sistema de representações inimigas, a cultura do inimigo levou a que a imagem da mãe fosse escondida pela bandeira do inimigo. Os nazistas não tiveram escrúpulos para aniquilar mulheres e criança que eram judias; a divisão sexuada do espaço, ao descer dos comboios, em Auschwitz, reuniram, por um lado, os homens capazes para o campo de trabalho, e de outro, mulheres, crianças e idosos destinados para as câmaras de gás, incluindo as judias grávidas presas em 27 de fevereiro de 1943, em Berlim. Na Argentina, o relatório do CONADEP estima que 30%

³⁴ Documento do Arquivo Nacional, F7 14904, Oise, 20 dezembro de 1943.

dos desaparecidos eram mulheres, 3% das quais estavam grávidas e deram à luz antes de desaparecerem, depois de terem sido torturadas³⁵. O subversivo para o militar argentino era por excelência jovem. Como resultado, as jovens mulheres ativistas não foram poupadas à repressão, à tortura e aos desaparecimentos. As "mulheres comunistas" na França ocupada, como na Bolívia, foram duramente perseguidas pelas autoridades: na França foram deportadas e vítimas de uma brutalidade extrema na Bolívia, mesmo quando estavam a poucos dias de dar à luz. Em setembro de 1967, suspeita de ligações com os guerrilheiros guevaristas, Domitila foi presa e torturada; estava grávida de oito meses. Ela narrou como alguns soldados lhe bateram na barriga em particular; os oficiais não ficaram comovidos pelo seu estado: "Senti como se fossem rebentar a minha barriga", disse ela. O seu torturador gritava: "não tenham piedade por estas criaturas, por estas comunistas que não têm moral, que são piores que os animais". Inconsciente, ela deu à luz, sozinha, no chão de sua cela, a uma criança nascida morta (DE CHUNGARA; VIEZZER, 1978, p. 151-167).

Por consequência, para que o gênero interferisse no dispositivo repressivo, a figura das atrizes teria de ser inserida na ideologia da familista, ao mesmo tempo que deveria jogar com representações suaves de mulheres, estereótipos e teorias, que não as ligassem à imagem do inimigo.

EXPERIÊNCIAS CONTESTATÓRIAS E EMPODERAMENTO

Conforme a duração e o contexto em que se desenvolveram, estes movimentos metamorfosearam-se em ações de protesto para movimentos propositivos, arcaicos nas suas formas iniciais, tornaram-se modernos. A evolução do movimento das Mães da Plaza de Mayo é exemplar. Originalmente, elas faziam manifestações para encontrar os seus filhos; ao longo das semanas permaneceram mobilizadas para todos os desaparecidos; por fim, elas lutaram contra a ditadura. Assim, após alguns meses, estas mulheres, que interferiram na arena pública como mães e defensoras da sua esfera privada, transformaram-se em cidadãs, agindo em nome da comunidade. O fator tempo é essencial para compreender estas mudanças. O evento alemão, a este respeito, foi demasiado breve; embora se possa observar uma mudança dos slogans das mulheres manifestantes no espaço de poucos dias: aquelas que

³⁵ A Comissão Nacional de Desaparecimentos de Pessoas (CONADEP) foi criada sob a presidência de Raul Alfonsín em 1983. O relatório sobre os desaparecimentos e abusos cometidos durante a ditadura foi publicado e divulgado na Argentina com o título *Nunca más*. Uma versão reduzida do relatório está disponível no site: <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/>

inicialmente exigiam a libertação dos seus maridos, denunciaram os nazistas, no final do episódio, com gritos de "assassinos". No caso das mulheres bolivianas, embora o seu movimento fosse breve, fazia parte de uma tradição de resistência civil das esposas dos mineiros e de uma participação de longa data das mulheres bolivianas na vida política³⁶. Os movimentos francês e argentino duraram; eles também não podem ser separados das conjunturas culturais em que foram construídos, a fim de analisar os impactos sobre a identidade de gênero dos grupos em questão.

As donas de casa francesas foram inseridas, pela primeira vez, no quadro de uma ação patriótica, em apoio à Resistência. É bastante notável que, em plena hegemonia familista, mesmo que no final da guerra a UFF tenha exercido ação política, particularmente no apoio ao processo de restauração republicana, a partir dos temas da purificação e do abastecimento, a ideologia do movimento continuava a ser o familismo (CHAPERON, 2000). O ideal da dona-de-casa foi reforçado na Libertação, e, apesar da importante inserção das mulheres na esfera pública através da Resistência, a participação das francesas na vida política continuou a ser marginal (GUERAICHE, 1999). Apesar dos progressos reais em matéria de direitos das mulheres durante este período, as mulheres, através do prisma da dona de casa, continuavam a ser cidadãs inacabadas. Para além de um forte desejo de participar na vida cívica, que elas manifestaram na Libertação, permaneceram pouco presentes na arena pública; confinadas à esfera doméstica, permaneceram esposas, mães e filhas³⁷.

A situação económica na década de 1970 e as experiências dos protestos levaram *las madres* e as "avós" a olhar para suas casas. As mães da Plaza de Mayo não desenvolveram um pensamento feminista radical, permaneceram nostálgicas por um imaginário da família feliz destruída pelos militares. Por outro lado, a autonomia do seu movimento levou-as a rever a sua posição sobre as relações homem/mulher, descobrindo a ação pública e, mais importante ainda, verificando que podem ser tão eficazes como os seus maridos ou filhos, e que os seus papéis poderiam ser permutáveis em casa. Assim que o seu ativismo as levou para longe de casa, seus filhos e maridos tiveram de assumir algumas das tarefas diárias como: fazer as compras, preparar refeições. "Pensei em Raul enquanto estava terminando de cozinhar. Ele

³⁶ Ver: *Historias de mujeres – Revista de la Coordinadora de Historia* (1997), cuja edição inteira se concentra nas mulheres e na política, na Bolívia, nos séculos XIX e XX. Leia em particular, FERNANDEZ DE APONTE (1997) (sobre a greve de mulheres do Movimento Nacional Revolucionário de 1951).

³⁷ Ver, os boletins de Libertação da UFF que vinculam a ação política das mulheres ao seu papel de mães e à defesa dos valores familiares. Por exemplo, *Les Amies. Organe Girondin de l'UFF*. Pela defesa da família e pela libertação da Pátria, dezembro de 1944; este é o braço da UFF que deu continuidade ao trabalho dos «marraines FFI».

tinha dito que chegaria tarde em casa e eu queria deixar-lhe algo para comer. Agora eu sabia como era bom chegar a casa e encontrar uma nota com instruções sobre como aquecer um prato, mas não podia esperar mais, estava caindo de sono. Eu digo que sabia, e o que realmente quero dizer é que agora partilhava esse sentimento: sentia-me igual a ele, nem superior nem inferior³⁸. A sua ação política, em nome dos desaparecidos, levou-as a defender seus ideais, a ditadura terrorista provou em si mesma que as lutas delas eram justificadas. Estas mães, ao aderirem às utopias dos seus filhos, a quem idealizaram sem nuances, enquanto os infantilizavam, apropriaram-se de ideologias, resgatadas no tempo, que remontavam aos anos 70³⁹.

A experiência de protesto na Argentina provavelmente favoreceu uma redistribuição do poder e uma mudança na identidade dos atores: um ajuste de gênero. Como resultado, no Cone Sul, estes movimentos de mulheres nascidas sob a ditadura foram, frequentemente, mantidos durante a transição política para acompanhar a consolidação da democracia, mas também para incluir os direitos das mulheres no debate político, com a ideia de que a garantia da democracia exigiria o reconhecimento dos direitos das mulheres; é verdade que a França viveu um debate semelhante na Libertação. A diferença básica, em termos do impacto da experiência de protesto sobre a identidade de gênero dos indivíduos e o futuro dos movimentos, baseia-se nas diferenças entre as conjunturas culturais: uma ideologia familista hegemônica em torno da Segunda Guerra Mundial no mundo ocidental/ o desenvolvimento do individualismo e do feminismo na segunda metade do século XX, mais a paixão e ideais revolucionários/terceiros-mundistas dos argentinos desaparecidos, do qual as mães se tornaram herdeiras, num processo de inversão da transmissão entre as gerações.

Outro elemento de diferenciação reside na natureza dos próprios movimentos. As donas de casa francesas, sob ocupação, como as mulheres bolivianas, viam sua organização como apoio a um movimento social que era liderado por homens: a França combatente e a Resistência para as mulheres francesas, os sindicatos de mineiros para o comitê de donas de casa nos Andes⁴⁰. Por outro lado, as mães e avós da Plaza de Mayo têm mantido a sua autonomia ao longo da sua história. Além disso, utilizaram os homens, especialmente seus maridos, como uma estrutura informal de apoio à sua própria organização; quando as mães se

³⁸ Ela evoca aqui seu filho mais novo (BONAFINI; SANCHEZ, 1999, p. 140-141).

³⁹ A Universidade Popular das Mães da Plaza de Mayo inaugurada em 2000 em Buenos Aires, não está disponível no site atual que é: <https://madres.org/>

⁴⁰ Para se ter uma visão masculina da ação dos comitês de "donas de casa" como força de apoio ao movimento sindical, veja o depoimento de um ex-líder operário, Artemio Camargo Crespo, assassinado em 15 de janeiro de 1981, em *Cronologia de una resistencia* (1982).

tornaram muito visíveis, eles serviram por vezes como agentes de ligação. Se as ativistas da primeira geração da UFF, como as dos comitês de mulheres mineiras na Bolívia, desenvolveram análises de organização doméstica, elas pensaram para identificar a dominação masculina. Mesmo que as mães da Praça de Mayo tenham associado a sua experiência política com suas trajetórias familiares e individuais: quando analisavam os mecanismos políticos, econômicos e sociais que tinham conduzido à ditadura, voltaram-se para seus lares, e isso as levou a criticar o seu próprio confinamento doméstico. Assim, na Argentina, elas participaram do desenvolvimento de uma nova cidadania, em que as mulheres associam a sua identidade materna à esfera pública, onde as mães cidadãs são plenamente atrizes do cenário político e reivindicavam relações equilibradas homem/mulher no lar. Para estas mães argentinas, a experiência de protesto foi o local da sua mutação de identidade. No entanto, esta reflexão sobre a nova cidadania feminina não foi isolada no mundo ocidental; durante as décadas de 1980 e 1990, afirmou-se em diferentes contextos, seguindo outras formas de mobilização⁴¹.

A REFERENCIA DO TEXTO TRADUZIDO ESTÁ ABAIXO

CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest* [En ligne], 108-2 | 2001, mis en ligne le 20 juin 2003, consulté le 02 mai 2019. URL: <https://journals.openedition.org/abpo/1737>; DOI: <https://doi.org/10.4000/abpo.1737>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abuelas de Plaza de Mayo. Disponível: www.wamani.apc.org/abuelas.html. Acesso em 20/06/2001.

ANISTIA INTERNACIONAL - SECCÃO DOS ESTADOS UNIDOS. **Les « disparus »: Rapport sur une nouvelle technique de répression.** Paris: Seuil, 1981.

ARDITTI, Rita. **Searching for Life: The Grandmothers of the Plaza de Mayo and the Disappeared Children of Argentina.** Berkeley: University of California Press, 1999.

AVAKOUMO VITCH, Ivan. Les manifestations de femmes 1940-1944. **CHIRM**, Paris, n° 45, p. 5-53, 1991.

BONAFINI, Hebe de; SANCHEZ, Matilde. **Une mère contre la dictature.** Paris: Descartes & Cie, 1999.

BOUSQUET, Jean-Pierre. **Les folles de la place de Mai.** Paris: Stock, 1982.

CARMARGO CRESPO, Artemio. **Cronologia de una resistencia:** Julio 1980. Mina, Siglo XX. Bolivia: Genève, éd. CETIM, 1982.

⁴¹ Ler, especialmente, KNIBIEHLER, 1997.
Fortaleza, v. 13, n. 26, jul-dez 2022

CHAPERON, Sylvie. **Les années Beauvoir: 1945-1970**. Paris: Fayard, 2000.

COMMISSION DES DROITS DE L'HOMME EN ARGENTINE. **Argentine: dossier d'un génocide**. Paris: Flammarion, 1978

COMISIÓN ARGENTINA POR LOS DERECHOS HUMANOS. **Argentina: proceso al genocidio**. Madrid: E. Querejeta, 1977.

CREMIEUX-BRILHAC, Jean-Louis. (org.). **Les voix de la liberté: Ici Londres 1940-1944**. Vol. 03 e 04. Paris: La Documentation Française, 1975.

DAUPHIN, Cécile; FARGE, Arlette (Ed.). **De la violence et des femmes**. Paris: Albin Michel, 1997

FERNÁNDEZ DE APONTE, Patricia, 1997. «¡Viva la huelga de hambre!». **Historias... de Mujeres. Revista de la Coordinadora de Historia**, La Paz, p. 83-87, 1997.

DE CHUNGARA, Domitila; Moema Viezzer. **Si on me donne la parole**. Paris: François Maspéro, 1978.

DE DERECHOS HUMANOS, Asamblea Permanente. **Huelga de Hambre**. La Paz, Bolívia, 1978.

DOUZOU, Laurent. La Résistance une affaire d'hommes ? In: ROUQUET, François, et VOLDMAN, Danièle. (org.). Identités féminines et violences politiques (1936-1946). **Les Cahiers de l'IHTP**, Paris, n. 31, p. 11-24, 1995.

FISHER, Jo. **Mothers of the Disappeared**. London: Zed Books, 1989.

GUERAICHE, William. **Les femmes et la République: Essai sur la répartition du pouvoir de 1943 à 1979**. Paris: Les éditions de l'atelier/Éditions Ouvrières, 1999.

GUILLOIN, Jean-Marie. **La Résistance dans le Var: essai d'histoire politique**. 1989. 1199 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Université de Provence, Provença, 1989.

GUZMAN-BOUVARD, Marguerite. **Revolutionizing Motherhood: The Mothers of the Plaza de Mayo**. Wilmington: SR Books, 1994.

HASANBEGOVIC, Claudia. La ideología militar y las relaciones de género en Argentina. **L'Ordinaire Latino-américain**, Toulouse, n. 183, p. 41-44, 2001.

Historia de las Madres de Plaza de Mayo – Conferencia pronunciada el 6 de julio de 1988 por Hebe de Bonafini. Disponível em: www.madres.org/historia/contenido/historia.html. Acesso em 20.06.2001

HISTORIAS DE MUJERES: Revista de la Coordinadora de Historia. La Paz, 1997.

HECHT, Ingeborg. **Les murailles invisibles**: Une famille allemande sous les lois raciales de Nuremberg. Paris: Éd. de l'aube, 1993.

KARDOFF, Ursula von. **Le carrousel de la peur**: Journal d'une Berlinoise (1942-1945). Paris: Grasset, 1964.

KEDWARD, Harry Roderick. **À la recherche du maquis**. Paris: Les Éditions du Cerf, 1999.

KNIBIEHLER, Yvonne. **La révolution maternelle depuis 1945**: Femmes, maternité, citoyenneté. Paris: Librairie Académique Perrin, 1997.

LAVAUD, Jean-Pierre. **La dictature empêchée**: La grève de la faim des femmes de mineurs. Bolivie 1977-1978. Paris: Éd. du CNRS, 1999.

LE JOURNAL du Dr Goebbels. Paris: Éditions Du Cheval Ailé, 1948

Madres de Plaza de Mayo. Disponível em: <https://madres.org/> Acesso em: 18 out. 2021.

Madres de Plaza de Mayo – Linea Fundadora. Disponível: www.derechos.org.ar/ddhh/madres/laura Acesso em 20.06.2001.

MATEAR, Ann. "Desde la protesta a la propuesta": The institutionalization of the Women's Movement in Chile. In: DORE, Elisabeth (Org.). **Gender Politics in Latin America**: Debates in Theory and Practice. New York: Monthly Review Press, 1997. p. 84- 100.

MATTELART, Michèle. Chili: le coup d'État au féminin. Quand les femmes de la bourgeoisie descendent dans la rue. In: MACCIOCCHI, Maria A., (org.). **Les femmes et leurs maîtres**. Paris: Christian Bourgeois, 1978, p. 219-253.

MELLIBOVSKY, Matilde. **Circle of Love over Death**. Testimonies of the Mothers of the Plaza de Mayo. Willimantic: Curbstonne Press, 1997.

Nunca Más. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/> Acesso em: 18 out. 2021.

RELATÓRIO do Prefeito. Primeira quinzena de dezembro de 1944. Disponível em: Arch. dép. du Finistère 43 W 169.

SARNER, Eric. **Mères et « folles » sur la place de Mai**: Argentine 1976-2000. Paris: Édition Desclée de Brouwer, 2000.

SCHWARTZ, Paula. Partisanes and Gender Politics in Vichy France. **French Historical Studies**, Carolina do Norte, v. 16, n. 1, p. 126-151, 1989.

SCHWARTZ, Paula. La répression des femmes communistes. **Les Cahiers de l'IHTP**, Paris, n. 31, p. 25-37, 1995.

SCHWARTZ, Paula. The politic of food and gender in Occupied France. **Modern & Contemporary France**, Londres, v. 7, n. 1, p. 35-45, 1999.

SEMELIN, Jacques. **Sans armes face à Hitler**: La résistance civile en Europe 1939-1943. Paris: Payot, 1989.

SEMELIN, Jacques. La résistance civile des femmes: le cas de la manifestation de Berlin. In: **Anais do Colloque Paroles de femmes pour la paix**, Le Mans, Pré-actes , 6 e 7 mar. 1999. p. 67-74.

SPEER, Albert. **Au cœur du troisième Reich**. Paris: Fayard, 1971.

STOLTZFUS, Nathan. **Intermarriage and the Rosenstrasse protest in nazi Germany**. New York: Norton & Company, 1996.

TARTAKOWSKY, Danielle. Manifester pour le pain, novembre 1940-octobre 1947. In: VEILLON, Dominique; FLONNEAU, Jean-Marie, (org.). Le temps des restrictions en France (1939-1949). **Les Cahiers de l'IHTP**, Paris, n. 32-33, p. 465-478, 1996.

TARTAKOWSKY, Danielle. **Les manifestations de rue en France, 1918-1968**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1998.

TILLY, Charles. **La France conteste de 1600 à nos jours**. Paris: Fayard, 1986.

UNION DES FEMMES FRANÇAISES. **Les femmes dans la Résistance**: colloque des 22-23 novembre 1975. Paris: Éditions Du Rocher, 1977.